



O espaço rural e a vitivinicultura nas regiões Serra Gaúcha e Vale dos Vinhedos (Brasil)

Ivanira Falcade *

1. Introdução

Para a análise da organização do espaço rural relacionado à vitivinicultura nas regiões **Serra Gaúcha** e Vale dos Vinhedos utiliza-se como referencial o recorte regional, como um espaço socialmente construído e historicamente localizado (SOJA, 1993; HARVEY, 1993; SANTOS, 1988). Isto é, o espaço como resultado, mas também condição, a priori, da própria existência da sociedade, pois *“Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, ‘únicos’ [...] o lugar é um ponto do mundo onde se realizam algumas das possibilidades deste último”* (SANTOS, 1988, p.34-35).

As diferenciações espaciais não se dão na mesma velocidade e intensidade em todos os lugares. Assim, uma forma espacial passada permanece no espaço presente, constituindo uma paisagem heterogênea. Para Milton Santos as formas espaciais de um tempo anterior que permanecem num tempo posterior são rugosidades *“restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados”* (1986, p.138).

A sociedade age seletivamente ao decidir o que fazer em determinado espaço segundo as possibilidades que este tenha, relacionadas a suas necessidades e interesses. Na dimensão política, age de modo a exercer o controle sobre o espaço, dividindo-o *“em unidades territoriais controladas [...] que se identificam por dada especificidade e numa dada porção do espaço”* (CORRÊA, 2000, p.37).

* Universidade de Caxias do Sul/Dep. História e Geografia (Brasil)

O espaço regional é resultado de uma forma particular de produção de uma parte da sociedade. É o setor hegemônico que amplia e estende a idéia de região para a sociedade usando aspectos da identidade cultural e das especificidades daquele determinado espaço. Trata-se do espaço vivido, em que a região existe como um quadro de referência, que tem uma base territorial, onde “... *há sempre uma proposição política* [... para o ...] *controle e gestão de um território*” (GOMES, 2000, p.72-73). Desse modo, é uma relação em constante mutação, numa inter-influência dialética, pois “*para isso concorrerão a história do lugar, as condições existentes no momento da internalização [...] e o jogo e as relações que se estabelecem entre o que chega e o que preexiste*” (SANTOS, 1988: 47).

Alterações estruturais na sociedade ou a adoção de uma política específica na viticultura tem promovido mudanças significativas na paisagem e na organização do espaço das regiões *Serra* Gaúcha e Vale dos Vinhedos.

2. A construção do espaço regional e a vitivinicultura na *Serra* Gaúcha e no Vale dos Vinhedos

A vitivinicultura brasileira tem seus primórdios relacionados ao processo de colonização portuguesa e espanhola, iniciados no século XVI. Durante o período colonial, a atividade foi desenvolvida em diversos estados, mas teve importância apenas em algumas áreas pontuais (SOUSA, 1996). A evolução da vitivinicultura no estado do Rio Grande do Sul está diretamente ligada ao contexto da colonização italiana, iniciada em 1875, baseada na pequena propriedade e no trabalho familiar. Embora, no princípio, as videiras não tenham vingado, o imigrante manteve a cultura por tratar-se de importante elemento identitário.

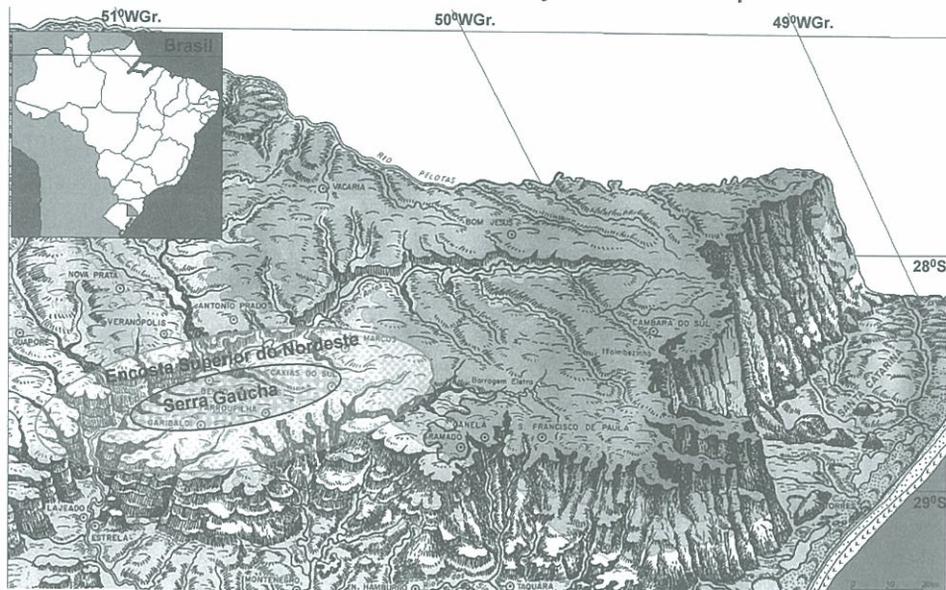
Os imigrantes, a maioria procedente do Norte da Itália, compraram e ocuparam as terras devolutas localizadas na Encosta Superior do Planalto do Nordeste do Rio Grande do Sul (região conhecida popularmente por *Serra* Gaúcha¹, onde insere-se o Vale dos Vinhedos), situadas entre os Campos de Cima da Serra, ao norte, e as colônias alemãs da Depressão Central, ao sul (Mapa 1). Na região da *Serra* Gaúcha a colonização foi estabelecida, inicialmente, em 3 núcleos (Mapa 2): Colônia nos Fundos de Nova Palmira (mais tarde Colônia Caxias), Colônias Dona Isabel e Conde D’Eu, que são os atuais municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi (FROSI e MIORANZA, 1975)².

¹ Conceitualmente a região não é uma serra, mas a encosta do planalto, por isso a palavra está em itálico.

² Sobre a colonização italiana no RS existem dezenas de obras a exemplo de Azevedo (1975), Frosi e Mioranza (1975), Manfroi (1975), De Boni (1987), entre outros.

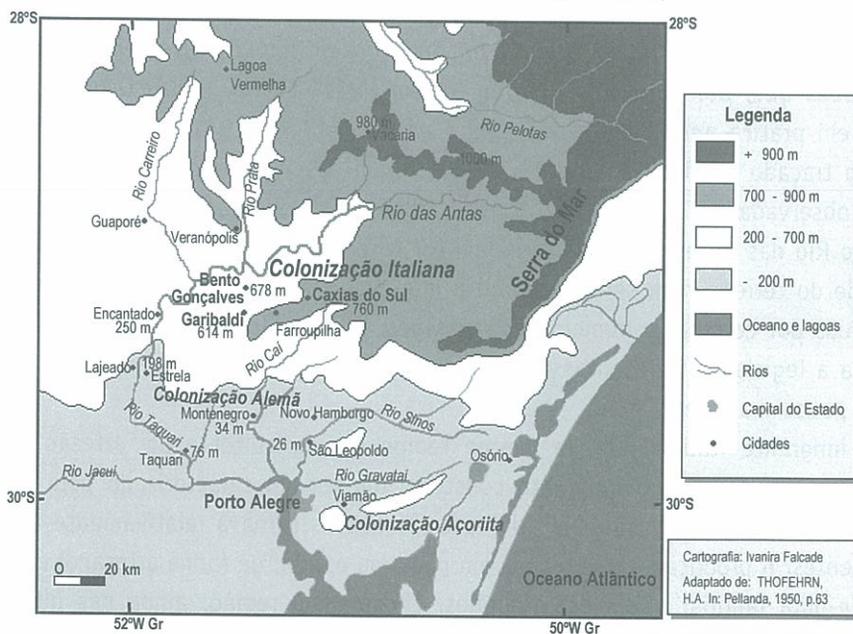


Região Nordeste do Rio Grande do Sul: Localização da Encosta Superior do Nordeste



Mapa 1 | A Encosta Superior do Nordeste localiza-se no contexto da Região Nordeste do Rio Grande do Sul. É na Região Vitivinícola Serra Gaúcha onde se encontra a maior parte da produção de uvas e vinhos do Brasil.

Região Nordeste do Rio Grande do Sul: colonização europeia



Mapa 2 | A colonização italiana ocupou primeiramente a região da Encosta Superior do Nordeste, nas colônias Fundos de Nova Palmira (Caxias do Sul), Dona Isabel (Bento Gonçalves) e Conde D'Eu (Garibaldi).

A vila de Caxias foi localizada no alto de um patamar de topografia ondulada, a uma altitude que varia entre 760m e 820m. As vilas de Bento Gonçalves e Garibaldi foram criadas no fundo de pequenas depressões, circundadas de morros, a altitudes entre 600 e 650 m. Em 1884 as colônias passaram a distritos e em 1890 são emancipadas: em 20 de junho a Colônia Caxias forma o município de Vila de Santa Teresa de Caxias e, em 11 de outubro, Dona Isabel e Conde D'Eu formam o município de Bento Gonçalves, sendo as sedes elevadas à categoria de cidades. Conde D'Eu emancipa-se de Bento Gonçalves como Garibaldi, em 1900 (ADAMI, 1971).

A ocupação das terras em toda a região foi rápida. O reduzido tamanho dos lotes em relação ao número de filhos nas famílias dos imigrantes formou, desde logo, um excedente de população que passou a buscar novas áreas para se estabelecerem, especialmente por ocasião do casamento. De acordo com Frosi e Mioranza (1975), das colônias de Caxias, Dona Isabel e Conde D'Eu, a área de colonização estendeu-se gradativamente na direção norte, para a margem direita do Rio das Antas, acompanhando a continuidade dos trabalhos de demarcação e loteamento das terras devolutas pelo governo do Estado.

O projeto de colonização italiana desenvolveu-se sob orientação da Lei nº 601, de 1850 (regulamentada em 1854), conhecida como Lei de Terras. Essa lei, além de proibir a doação de terras pelo governo, transformando a terra em mercadoria, previa também a forma de parcelamento e a direção que os lotes deveriam ter. Segundo De Boni: *“Cada colônia foi dividida em léguas, estas em linhas ou travessões que, por sua vez, dividiam-se em lotes”* (1982, p.80). O projeto foi posto em prática após duas expedições à região (ADAMI, 1971), tendo resultado em um traçado geral da área sobre o qual foram desenhados os lotes, onde não foram observadas as condições do terreno, apenas os acidentes de maior destaque, como o Rio das Antas. Os lotes deveriam ter o sentido meridiano, porém a irregularidade do terreno nem sempre permitiu que a norma fosse observada. O número de léguas por colônia, o número de travessões, linhas e lotes por légua variaram, embora a legislação apresentasse como módulo o lote de 110m por 2.200m, isto é, em pouco mais de 24 ha.

O imigrante italiano era ao mesmo tempo um agricultor e um artesão. Nas pequenas propriedades o imigrante construiu um espaço caracterizado pela policultura e com diversificação das atividades, o que as tornava relativamente auto-suficientes. A produção era realizada em pequena escala, de forma artesanal e com mão-de-obra familiar. Além dos italianos, chegaram à região, ainda nas últimas décadas do século XIX, algumas centenas de imigrantes poloneses e portugueses, tendo se localizado, respectivamente, em vales e nas cidades.



Rapidamente as encostas do planalto, cobertas de densa vegetação, deram lugar ao cultivo de cereais, hortaliças e frutas, à criação de aves, suínos e gado. O que começou para o consumo da família produziu rapidamente um excedente, constituído principalmente de milho, trigo, feijão, batata, banha, salame, queijo e vinho, entre outros, comercializados primeiro nas “*ventas*” da linha, e destas com a cidade e os centros maiores, especialmente, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. As mercadorias eram transportadas por carroças e cargueiros, que circulavam por precários e estreitos caminhos até o município de São Sebastião do Caí ou de Montenegro, de onde seguiam através de barcos com destino à capital e ao centro do país (PELLANDA, 1950).

A virtualidade técnica dos imigrantes italianos e portugueses, representada pelo domínio de variados ofícios, dentre os quais mencionam-se os de carpinteiro, pedreiro, tanoeiro, ferreiro, sapateiro, marceneiro, funileiro, farmacêutico, músico, operário, viabilizou nas vilas, desde o início, o surgimento de diversas atividades ligadas à indústria.

O caráter da colonização no Rio Grande do Sul criado, dentre outras razões, para abastecer os centros urbanos em formação no país e a formação de um excedente na produção agrícola de subsistência, permitiu a inserção relativamente precoce da região no mercado nacional, através do comércio. A expansão dos centros urbanos no país e a ampliação do mercado consumidor aumentaram a demanda por produtos básicos, garantindo a colocação imediata dos produtos da agropecuária colonial (SANTOS, 1980).

Apesar das dificuldades existentes no transporte das mercadorias, a inserção da região no mercado nacional processou-se tanto por iniciativas isoladas de imigrantes locais, como por grupos de intermediários que detinham certo monopólio na comercialização. Segundo Manfroi “*Toda a produção das colônias italianas até 1910 passava por intermediários, em geral de origem alemã, instalados nas antigas colônias alemãs*” (1975, p. 20).

A ligação ferroviária³ com a capital do estado significou o fim da dependência em relação ao porto de São Sebastião do Caí e à dinamização no processo econômico. Segundo Frizzo (1984, p.47) “*O encurtamento da distância via implantação relativamente antecipada da ferrovia e a instalação da energia elétrica em 1913 significou a criação de condições básicas para a expansão e surgimento de novas atividades econômicas*”. A ferrovia possibilitou o início da fase comercial propriamente dita, com a instalação de diversos estabelecimentos vinícolas e de outros ramos industriais, em diversos municípios da região. Mas foram as mudanças

³ A ligação ferroviária da capital com a região ocorreu, para Caxias, em 1910; para Garibaldi, em 1918, e para Bento Gonçalves, em 1919.

no modelo de consumo do país, com a formação de uma classe assalariada urbana e a conseqüente expansão de um mercado consumidor, que agilizaram a expansão industrial da região.

No interior dos municípios era significativo o número de moinhos que atuavam na moagem do trigo e do milho, cereais largamente utilizados na alimentação dos imigrantes italianos, no pão, nas massas e na polenta. Ao mesmo tempo, as pequenas vinícolas eram muito freqüentes nos porões de basalto das casas dos colonos.

Documentos da época revelam o quadro geral de dificuldades que os imigrantes enfrentavam. Mas também demonstram que o cultivo da videira e o consumo de vinho faziam parte da vida e da identidade dos mesmos, em toda a região (IL CORRIERE, 1913-1926; CINQUENTENÁRIO, 1925; PELLANDA, 1950; LORENZONI, 1975; BUNSE, 1978).

Para exemplificar, Lorenzoni (1975), imigrante italiano e morador na área da Região Vitivinícola Vale dos Vinhedos, em Bento Gonçalves, cita muitas vezes em suas memórias do início do século XX, como era "*verdadeiro néctar*" o vinho produzido na Linha Leopoldina (grifo nosso). O agrônomo e enólogo italiano Celeste Gobatto, articulista do jornal *Il Corriere d'Italia* (1913), publicado em Bento Gonçalves, critica o cultivo da variedade Isabel e refere-se muitas vezes ao cultivo de variedades viníferas, como a Bonarda, estimulando a melhoria da qualidade do vinho. O jornal refere-se a Monte Belo e à Linha Leopoldina, como o mais importante centro de produção de vinho do município de Bento Gonçalves e, ao produto, como "*invero eccellenti*".

A importância cultural da vitivinicultura na região Vale dos Vinhedos pode ser avaliada por certo fato ocorrido em 1925. Conta a tradição oral que, em uma estiagem prolongada, faltou água na região. A comunidade do 6 da Leopoldina⁴, que construía sua igreja, não exitou em lançar mão de vinho para fazer a argamassa e concluir o que é atualmente a Igreja Nossa Senhora das Neves.

A importância da vitivinicultura como atividade econômica pode ser avaliada pela instalação de estações experimentais de viticultura e enologia, durante a década de 1920, pelo governo estadual e federal em diversos municípios da região *Serra Gaúcha*, onde foram adaptadas e multiplicadas muitas variedades de *Vitis vinifera*. Nesta fase amplia-se também a vinda de técnicos, agrônomos e enólogos europeus, especialmente italianos. O ensino e a pesquisa realizado nas estações e seus técnicos muito contribuíram para implementar e melhorar a qualidade dos vinhos.

⁴ Algumas vezes o nome de uma comunidade ou lugar é o número do lote e da linha onde foi construída a sede desta comunidade (constituída, inicialmente, pela igreja, salão de festas e escola).



A década de 1910 é marcada, na região, pela tentativa frustrada de implantar o cooperativismo, tanto em Bento Gonçalves como em Caxias do Sul. Já as décadas de 1920 e de 1930 são marcadas, respectivamente, pela criação da legislação que proíbe a matança doméstica de suínos e o estabelecimento de exigências legais e sanitárias para a produção de farinha e de vinho pelos colonos, que destroem a produção artesanal e criam as condições básicas para a expansão e o surgimento de novas atividades econômicas, bem como o crescimento do número de pequenas unidades produtivas ao lado de poucas grandes indústrias que se instalam nas áreas urbanas, principalmente de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi (FALCADE et al., 1993).

A policultura caracterizou a região agricolamente até os anos 20 e 30, mas o crescimento dos núcleos urbanos já evidenciava algumas diferenças internas (FALCADE, 1984). Enquanto Caxias do Sul avançava para a indústria de transformação, Bento Gonçalves e Garibaldi ampliava sua base industrial em produtos agrícolas, especialmente a agroindústria vinícola (SANTOS, 1978). À medida que as atividades industriais nas áreas urbanas das cidades de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi crescem, a população dessas cidades cresce a taxas cada vez maiores de tal modo que, já no censo de 1940, o município de Caxias do Sul apresentava mais de 50% de sua população na área urbana. Esse crescimento populacional urbano resulta também em movimentos para a criação de novos municípios como Farroupilha, por exemplo (FALCADE et al., 1993).

Enquanto nos municípios de Caxias do Sul e Bento Gonçalves cresce a participação da indústria na composição do produto interno bruto, a diversificação da agricultura vai perdendo gradativamente sua importância, quando diversos produtos deixam de ser cultivados ou passam a ser unicamente para consumo familiar, e a especialização vitivinícola vai ganhando mais espaço e importância.

No período da década de 1930 até o final dos anos 1960 ocorre um incremento na área cultivada, no volume e na qualidade da produção vitivinícola em toda a região **Serra Gaúcha**, com destaque para os municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi, de modo particular a área que corresponde à região vitivinícola Vale dos Vinhedos. Neste período consolida-se a forma de condução denominada de latada e o uso de plântanos na periferia dos vinhedos para sustentação dos mesmos. Como a produção vinícola familiar para a comercialização fora proibida, os viticultores comercializavam a produção de uvas com as indústrias vinícolas localizadas nas cidades.

As propriedades rurais, dadas as características de partilha por sucessão hereditária, ficavam cada vez menores. A população excedente migrou para áreas cada vez mais distantes, para o norte do estado e oeste dos estados de Santa Catarina

e do Paraná, levando a tradição de plantar a uva e de fazer e consumir o vinho. A divisão das propriedades rurais promoveu, ao longo das estradas, o aumento do número de residências, como contas de um rosário que serpenteia um caminho. A paisagem rural apresenta um lento processo de alteração na sua composição: junto com a monoculturação da videira, muitas casas e igrejas em madeira sedem lugar a construções em basalto e tijolos. Os pequenos capitéis, aqui e ali, ao longo das estradas, testemunham a religiosidade da população.

O crescimento da importância cultural e econômica da vitivinicultura nesta fase pode ser avaliado pelas festas relacionadas com a uva e o vinho, realizadas em diversas comunidades, assim como na criação da Escola Técnica de Viticultura e Enologia, em Bento Gonçalves. Se, para o Brasil de hoje, os resultados financeiros da atividade vitivinícola têm importância menor, na região, esta atividade foi responsável por grande parte da acumulação de capital que contribuiu para o desenvolvimento da indústria moderna, a partir dos anos 50 (DACANAL e GONZAGA, 1979), e pela identidade que a região tem hoje no país.

A industrialização brasileira disponibilizou insumos que possibilitaram uma nova mudança na realidade vitivinícola regional: a expansão da área cultivada com *Vitis vinifera*, especialmente nas décadas de 70 e 80, e o incremento da produção de vinhos de melhor qualidade. É a fase dos vinhos varietais. Estes vinhos de melhor qualidade conquistaram mercados mais exigentes e alcançaram renome nacional. O crescimento econômico brasileiro ampliou o mercado consumidor com maior renda e a produção e comércio dos produtos vitivinícolas se faz em escalas maiores.

Nesta terceira fase, ainda são as antigas grandes vinícolas, localizadas nas cidades, que concentravam a maior parte da produção de vinhos. Mas há vinícolas novas, inclusive, de capitais franceses, italianos e americanos. Os viticultores da região Vale dos Vinhedos comercializavam sua produção diretamente com as grandes vinícolas ou se associavam a alguma cooperativa, como a Cooperativa Vinícola Aurora e a Cooperativa Vinícola Garibaldi, que mantinham postos de recebimento da produção no próprio vale.

Nesta fase se evidencia, sobremaneira, a importância do ensino e da pesquisa ligados ao setor vitivinícola. O governo federal criou o Centro Nacional de Pesquisa de Uva e Vinho (atualmente Embrapa Uva e Vinho), localizado em Bento Gonçalves, e os governos estadual e municipal expandiram ou criaram serviços de assistência técnica aos viticultores. Os resultados podem ser verificados na evolução da tecnologia empregada e na melhoria dos vinhedos, das uvas e dos vinhos.

Durante este período a população rural da região vitivinícola da *Serra* Gaúcha diminuiu, estimulada pela oferta de empregos no meio urbano e pela diminuição do



crescimento vegetativo. Algumas áreas rurais acabaram pouco ocupadas e pouco produtivas, porém outras expandiram a olericultura, tendo nos centros urbanos de Caxias do Sul e de Porto Alegre os maiores mercados consumidores, tornando-se a atividade agrícola mais importante na geração de renda dessas áreas rurais nos municípios de Caxias do Sul, Flores da Cunha e São Marcos. Outras propriedades diversificaram o cultivo com outras frutas como o pêssego, a ameixa e a maçã, como no distrito de Pinto Bandeira em Bento Gonçalves. Nos anos 80, também começa a ganhar importância o uso do espaço rural para lazer, como segunda residência, especialmente em áreas de beleza cênica ou com a presença d'água para banhos no verão.

O setor vitivinícola, no entanto, enfrentou crises econômico-financeiras, que foram sempre mais contundentes para os produtores rurais⁵ (SANTOS, 1978). A abertura do mercado às importações e o advento do Mercosul, além da carga de impostos, acentuou este quadro sobremaneira, na década de 1990. A perspectiva de ampliação do mercado externo enfrentou diversos obstáculos e o mercado interno foi ameaçado com as crescentes importações: de 13% em 1992, as importações de vinhos passaram para 19% em 1993, e 32 % em 1994, somando 68 milhões de litros e U\$35 milhões (MELLO, 1995). Com isso, a crise nas grandes vinícolas, no final dos anos 1980 e princípios dos anos 1990, exigiu novas decisões dos viticultores.

Embora a vitivinicultura tenha sofrido essas crises ela se manteve nos diversos municípios da Serra Gaúcha, mas especialmente na região do Vale dos Vinhedos. Essa permanência está relacionada à identidade cultural do grupo pois, como afirma Claval (1999), o espaço e seu uso faz parte dos signos representacionais com os quais a sociedade se identifica e comunica. Nas regiões *Serra Gaúcha* e Vale dos Vinhedos a identidade do espaço regional está ligada a uva e ao vinho, presente no plantio da videira, na elaboração e no consumo do vinho, em suas festas, em seus monumentos, na gastronomia, na maior longevidade de sua gente.

A conjuntura do início da década de 1990 foi o princípio do processo que conduziu a quarta e atual fase da vitivinicultura regional com o surgimento de dezenas de pequenas vinícolas localizadas no meio rural e a tecnificação/cientificação da produção vitivinícola que resulta em um vinho de melhor qualidade.

⁵ Sem entrar na análise da transferência de valor da agricultura para a indústria vinícola, conforme apresenta Santos (1978), a consulta a jornais como *Semanário* e *Gazeta de Bento Gonçalves*, especialmente nos meses de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, desde a década de 1970, revela que todos os anos os viticultores reclamam do preço recebido pela produção, afirmando que este não repõe os custos de produção.

Entre as estratégias do setor para procurar/conquistar reconhecimento e mercados destaca-se o enoturismo e a participação em concursos e eventos relacionados ao vinho, no Brasil e no exterior, com dezenas de premiações. A qualidade alcançada pelo vinho nacional credencia o setor solicitar ao governo, em 1995, o ingresso do Brasil na Organização Internacional da Uva e do Vinho. Em contrapartida, o Brasil deve abandonar o uso de Indicações Geográficas de outros países e constituir as suas próprias.

Em 1995, um grupo de vitivinicultores do Vale dos Vinhedos criou a Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (APROVALE), com sede em Bento Gonçalves, que definiu entre seus objetivos a criação e a proteção de uma Indicação Geográfica para o Vale dos Vinhedos (APROVALE, 1995). Para alcançar seus objetivos a APROVALE promove o aprofundamento das mudanças, aprimorando e qualificando a viticultura e a enologia e expandindo o enoturismo, como meio de difusão, de conquista de mercado e de construção de uma identidade socialmente reconhecida para a região e os vinhos, em escala nacional, que passaria a ter, em 2002, a Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos, a primeira do Brasil.

A exemplo da APROVALE surgiram, nos últimos anos, outras associações de vitivinicultores, em Bento Gonçalves, Flores da Cunha, Garibaldi, entre outros municípios, que buscam Indicações Geográficas próprias.

Embora a produção de uvas e vinhos do Brasil concentra-se no Rio Grande do Sul, e nele de modo particular na **Serra** Gaúcha, há outras regiões do estado onde a vitivinicultura tem crescido como, por exemplo, na Campana e na **Serra** do Sudeste.

Sintetizando, após pouco mais de um século, o espaço da região **Serra** Gaúcha apresenta rugosidades relativas à sua inserção na economia nacional, assim como o "mundo" rural desse espaço, um estreito vínculo com a vitivinicultura. E, muito embora a rentabilidade regional se baseie em outros setores, é a vitivinicultura que ainda dá identidade nacional a esse espaço.

3. A Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos

Nestes tempos de relações econômicas globalizadas, segundo Porter (1993), a base da vantagem não está mais nos insumos baratos ou na economia de escala das empresas, mas na capacidade constante dessas empresas em se aprimorarem e renovarem conhecimentos e tecnologias para serem mais competitivas. Para o autor, as empresas devem decidir por um dos dois tipos de vantagem competitiva: o baixo preço ou a diferenciação.



Nesse contexto, as estatísticas da OIV adquirem maior importância. Ao comentá-las, Fregoni (1987) e Bianchi de Aguiar (1999) afirmaram que os vinhos com Denominações de Origem, isto é, aqueles que apresentam diferenciação, eram cada vez mais comercializados e consumidos e que os preços apresentavam contínuo aumento, enquanto o consumo e os preços dos vinhos de mesa haviam diminuído no mundo inteiro. Para os autores, proteger as Denominações de Origem é proteger a atividade dos viticultores e proteger o futuro da viticultura mundial.

No Brasil, a primeira tentativa de regionalizar a vitivinicultura foi realizada em 1985, com o mapeamento da cultura no Vale Aurora (município de Bento Gonçalves), com o objetivo de subsidiar a exportação de vinhos para os EUA. Mais de 90% dos viticultores dessa área eram associados à Cooperativa Vinícola Aurora e tinham importante produção de viníferas utilizadas na elaboração do vinho para exportação. Sobre um mapa de altimetria, na escala 1:10.000, foram traçados os vinhedos de cada associado identificando as variedades e cada um dos produtores (FALCADE, 1985). Na década de 1990 a legislação brasileira ainda não apresentava os critérios e condições necessárias à criação de Indicações Geográficas, assim como não existia na região do Vale dos Vinhedos (e no país) uma viticultura com história suficiente para cristalizar-se e criar rugosidades (SANTOS, 1988) nos lugares que melhor expressasse suas características qualitativas.

A evolução da vitivinicultura na região do Vale dos Vinhedos apresentou transformações importantes na década de 1990 que consubstanciaram a demanda por uma Indicação Geográfica: a escolaridade específica em viticultura e enologia de muitos filhos de viticultores estimulou uma nova mentalidade e o espírito empreendedor, promovendo a expansão do cultivo de *Vitis vinifera* e a criação de uma dezena de vinícolas familiares comerciais, tecnologicamente modernas, onde o enólogo é um membro da família. No início do século XXI, a região rural do Vale dos Vinhedos passou a ter a maior concentração de vinícolas do país, com mais de 20, distribuídas em cerca de 30 dos 81km² do vale.

Em 1995 a APROVALE solicitou, à Embrapa Uva e Vinho e à Universidade de Caxias do Sul, informações sobre o Vale dos Vinhedos para a petição de uma Indicação Geográfica. Uma pesquisa interinstitucional e multidisciplinar gerou os conhecimentos necessários, publicados por Falcade e Mandelli, em 1999. A Aprovale encaminhou, em 2000, a petição ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (responsável pela matéria no Brasil) e a criação da primeira Indicação Geográfica de vinhos brasileira ocorreu em 22 de novembro de 2002, com a definição da **Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos** (IPVV).

Para estabelecer os limites da região do Vale dos Vinhedos foi usado o conceito de vale (espaço compreendido entre o divisor de águas e o talvegue) num sistema de drenagem de quarta ordem. O espaço limitado possui a forma aproximada de um triângulo isóscele com área de 81 km², a maior parte localizada no município de Bento Gonçalves e áreas menores nos municípios de Garibaldi e Monte Belo do Sul. Considerando as coordenadas extremas, o Vale dos Vinhedos localiza-se entre os paralelos 29°09' e 29°15' S e os meridianos 51°30' e 51°38' WGr (Mapa 3). Para designar os limites, a hidrografia e o relevo oficializou-se o uso da toponímia, cujas origens estão relacionadas ao processo de colonização, por isso historicamente constituída e socialmente aceita.

Em linhas gerais, as características ambientais levantadas permitem segmentar a Região Vitivinícola do Vale dos Vinhedos em três conjuntos de paisagens distintas, a saber:

1. paisagens abertas dos topos dos patamares, acima de 700 m, com rochas eruptivas ácidas, solos ácidos de baixa fertilidade natural e poucas e pequenas áreas de vegetação nativa, temperaturas médias anuais estimadas entre 16°C e 17°C, mínimas entre 12°C e 13°C e máximas entre 22°C e 24°C;
2. paisagens de encosta, sendo mais aberta em altitudes maiores, fechando à medida que a altitude diminui, com altitudes aproximadas entre 500 m e 700 m, com rochas eruptivas intermediárias, solos com boa fertilidade e com vegetação nativa (nem sempre original) especialmente nas áreas de declividade maior, temperaturas médias anuais estimadas entre 17°C e 18°C, mínimas entre 13°C e 14°C e máximas entre 24°C e 25°C;
3. paisagens fechadas do fundo dos vales, de altitudes entre 200m e 500m, aproximadamente; com rochas eruptivas básicas, solos mais avermelhados de alta fertilidade, com áreas de vegetação nativa nas margens dos arroios e áreas de declividade maior, inclusive com a presença de cornijas, temperaturas médias estimadas entre 18°C e 20°C, mínimas entre 14°C e 15°C e máximas entre 25°C e 29°C.

É na área das encostas do segundo conjunto de paisagens que a viticultura encontra sua maior expressão, seja em extensão seja em efeito paisagístico. A área ocupada com vinhedos distribui-se principalmente por altitudes entre 500 m e 700 m, com declividades e exposições muito variadas. Considerando as características de pequenas áreas que a viticultura possui, com o auxílio de imagem de satélite, naquela ocasião foram identificados 2.123 ha de vinhedos. Nestes últimos anos a



área de vinhedos aumentou, ao mesmo tempo em que ocorreu a reconversão de muitos vinhedos para o cultivo de viníferas.

No início os anos 1990 existiam no Vale dos Vinhedos 5 vinícolas, em 1995 eram 10 e em 2000 já eram 15 as vinícolas que produziam vinhos finos, muitas somente com matéria-prima de vinhedos próprios. Algumas indústrias que compram uva de outros viticultores no vale, estabeleceram com estes uma parceria, especialmente no que diz respeito à assistência técnica nos vinhedos, com o objetivo de ter certo controle na qualidade do produto.

Na viticultura tradicional os vinhedos são conduzidos na forma denominada latada. A sustentação é feita com plátanos, cultivados no perímetro dos vinhedos desde sua implantação. Essa característica confere a paisagem uma forma particular em relação à viticultura mundial (Foto 1). Na viticultura moderna a latada é aberta, o que facilita a circulação do ar e a insolação e, ao mesmo tempo, mantém a parte vegetativa longe do solo. Outra forma de condução que tem sido utilizada em vinhedos novos é a espaldeira, em diferentes versões (Foto 2). Em ambos os casos, verifica-se a manutenção do uso do plátano para sustentação dos vinhedos, embora sejam utilizados, também, postes de concreto armado. As transformações na condução de vinhedos têm proporcionado modificações bem evidentes na paisagem.

A atuação da APROVALE, do Conselho Regulador da IPVV (a partir de 2001) e dos associados foi no sentido de aprimora e qualificar ainda mais a viticultura, definindo critérios quanto a origem, a produtividade e as variedades autorizadas, e a enologia, definindo critérios de elaboração, envelhecimento e engarrafamento dos vinhos, tipos e padrões de identidade e qualidade química e organoléptica. Na comercialização, um selo e a indicação no rótulo garantem ao consumidor a origem do produto. Os associados que desejam comercializar vinhos com o selo da Indicação de Procedência devem submetê-los a apreciação do Conselho Regulador, que os encaminha a comitês especializados para avaliação segundo critérios geográficos, físico-químicos e organolépticos.

A qualificação dos vinhos da Região Vitivinícola do Vale dos Vinhedos pode ser medida de diversas maneiras, entre elas estão os prêmios obtidos em concursos e feiras nacionais e internacionais. No início dos anos noventa esses vinhos raramente apareciam nas exposições, no início dos anos 2000 são dezenas, com destaque para os prêmios internacionais para os vinhos brancos e espumantes. Por outro lado, o reconhecimento do topônimo e dos vinhos a ele associado consolidaram o enoturismo como um meio de divulgação e de fonte de renda complementar para muitos vitivinicultores da região.

Para tornar o topônimo Vale dos Vinhedos conhecido e os produtos associados a ele reconhecidos nacionalmente a APROVALE criou uma logomarca e organizou eventos de diversas naturezas, para atrair de forma sistemática e crescente a imprensa e os turistas. Não há estatística a cerca do número de pessoas que visitavam o Vale dos Vinhedos no início dos anos 90, talvez algumas centenas. Em 2003, a APROVALE calcula que mais de 65.000 pessoas tenham visitado a região. Para atender o crescente fluxo de turistas as empresas criaram espaços internos e externos, organizaram atividades/atrativos e contrataram pessoas. Mesmo que nem todos os enoturistas tenham consumido qualquer produto na área, seguramente, no conjunto da economia regional, esse fluxo fez diferença, inclusive, transformando o espaço. O resultado para as vinícolas no Vale é que já há as que comercializam até 70% de sua produção diretamente com os visitantes.

Nos primeiros anos a APROVALE não tinha controle amplo das notícias veiculadas sobre a região. Mesmo agora, com estrutura de secretaria e assessoria de imprensa, não há controle sobre todas as notícias e veículos da imprensa nacional. Mas as notícias arquivadas sobre vitivinicultura e enoturismo no Vale dos Vinhedos são indicativas da evolução do reconhecimento do topônimo e do vinho. A maior quantidade de notícias foi veiculada em jornais da *Serra* e do estado. No entanto, maior importância tiveram as notícias veiculadas em jornais e revistas de São Paulo, a maioria de circulação nacional. As notícias passaram de 27, em 1996, para 548, em 2002, isto é, um crescimento de mais de 2000%. Na estratégia da APROVALE para dotar o topônimo Vale dos Vinhedos de uma identidade própria, reconhecida regional e nacionalmente, foram ressaltados aspectos culturais que no Brasil já eram associados à uva e ao vinho, tais como o imigrante italiano, a imagem da paisagem vitícola, as enofestas, a gastronomia e o artesanato, usando a logomarca e uma paisagem de vinhedos, para criar no imaginário nacional, a imagem identitária da região.

4. Considerações Finais

Uma Indicação Geográfica representa uma proposição de estruturação de uma atividade econômica em um determinado território, feita pelo setor produtivo e oficializada por legislação própria. Isto é, em uma Indicação Geográfica estão presentes elementos suficientes para observarmos a construção do espaço e a sua singularização que, ao final, significa que ele se mundializou. E, observado desde o ponto de vista da região, o espaço delimitado de uma Indicação Geográfica é uma região de controle e gestão territorial, de efetivação das relações de poder.



A região com Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos e as transformações na paisagem e no espaço geográfico decorrentes da sua implementação se concretizaram como rugosidades, algumas evidentes, outras sutis e quase imperceptíveis, entre as quais podem ser citadas:

1. a valorização da produção e da propriedade;
2. o surgimento e a dinamização de atividades produtivas e comerciais diversas;
3. o aumento do número de turistas, de empregos e de renda;
4. a pavimentação de estradas rurais;
5. a instalação de pousadas e hotéis;
6. o crescimento do consumo de energia elétrica e de telefonia;
7. a modernização das condições de habitação;
8. o cuidado e embelezamento do entorno das residências e vinícolas;
9. a difusão das inovações para outras regiões;
10. os impactos negativos: aumento da carga de resíduos industriais e domésticos, menor diversidade de espécies vegetais, aumento do tráfego de automóveis e ônibus, entre outros.

Essas transformações não se deram desvinculadas da sociedade e do sistema econômico em geral, muito pelo contrário, as mudanças evidenciam e guardam as características e contradições do próprio sistema. Isso não significa que a implementação da Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos não possa ser vista como o que ela é: uma importante inovação na enologia brasileira.

A área com Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos é uma região, um espaço socialmente construído e historicamente localizado, é parte do todo que o contém. A sua organização insere-se no contexto da sociedade brasileira atual, onde o espaço rural vem apresentando importante modernização e mudanças de ocupação relacionadas sobretudo ao deslocamento de algumas atividades antes características do meio urbano (como o enoturismo) e de implementação de um diferencial na mercadoria produzida (Indicação de Procedência). A sociedade regional organizada age também externamente ao seu espaço, inclusive, nos três níveis do poder público, mas as conseqüências dessas ações resultam em transformações internas, como pode ser avaliado em situações muito diversas que vão desde a pavimentação das principais vias de circulação até o pedido à Prefeitura de Bento Gonçalves de um Plano Diretor de Ordenamento Territorial Rural para a região do Vale dos Vinhedos, o que é incomum em áreas rurais.

Embora não sejam imutáveis, as paisagens estão fixas no espaço, como testemunho de uma cultura, de um tempo. Há elementos na paisagem do Vale dos

Vinhedos que são expressões da identidade cultural dessa sociedade. Observar essa paisagem vitícola pode ser a expressão conjugada do prazer dos sentidos, assim como apreciar um bom vinho. É possível ver na paisagem, o vinho; e sentir no vinho, a paisagem, ambos frutos do trabalho.

5. Bibliografia

- ADAMI, J.S. *História de Caxias do sul*. Caxias do Sul: Paulinas, 1971, 413p.
- APROVALE. *Estatutos da associação de produtores de vinhos finos do Vale dos Vinhedos*. Bento Gonçalves, 1995. 12p.
- APROVALE. *Normas do Conselho Regulador da Indicação Geográfica Vale dos Vinhedos. Relatório anual 2001*. Bento Gonçalves, 2001. 39p.
- AZEVEDO, T. de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação/IEL, 1975, 310p.
- BIANCHI DE AGUIAR, F. A internacionalização do mercado vitivinícola: o papel da OIV. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE VITICULTURA E ENOLOGIA, 9, 1999, Bento Gonçalves. *Anais...* Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 1999. p. 25-30.
- BRASIL. *Lei no. 9.279, de 14 de maio de 1996 – Lei da Propriedade Industrial, estabelece diretrizes e obrigações*. Brasília, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 1996.
- BUNSE, H. *O vinhateiro*. Porto Alegre: UFRGS/IEL, 1978. 116p.
- CINQUENTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NELLO STATO DEL RIO GRANDE DEL SUD: 1875-1925. Roma: Ministero degli Affari Esteri, 1925. 895p.
- CLAVAL, P. *A geografia cultural*. Florianópolis: EDUFSC, 1999. Cap. 8, p.189-218 e cap.11, p.287-318.
- CORRÊA, R.L. “Espaço: um conceito-chave da geografia”. In: CASTRO, I. E. et al. *Geografia: conceitos e temas*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 15-47.
- DACANAL, J.H. e GONZAGA, S. *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, 424p.
- DE BONI, L.A. (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1982, 641p.
- FALCADE, I. *Catálogo de vinhos varietais Aurora*. Bento Gonçalves: Coop. Vinícola Aurora Ltda, 1985.
- FALCADE, I. A organização do espaço agrário em Bento Gonçalves. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 4, 1984. Santa Maria, *Anais...* Santa Maria: EDUFMS, 1984, p. 216-219.
- FALCADE, I. *Indicações geográficas: o caso da região com indicação de procedência Vale dos Vinhedos*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. (Dissertação de Mestrado).
- FALCADE, I.; FRIZZO, L.M.; BACHI, L.C. *A influência do poder público municipal na organização do espaço urbano da cidade de Caxias do Sul – 1875/1990*. Caxias do Sul: UCS, 1993. (Não-publicado, impressão de computador, 98p).
- FALCADE, I.; MANDELLI, F. (Org.). *Vale dos Vinhedos: caracterização geográfica da região*. Caxias do Sul: EDUCS, 1999, 144p.
- FALCADE, I.; TONIETTO, J. *A viticultura para vinhos finos e espumantes da Região da Serra Gaúcha: topônimos e distribuição geográfica*. Bento Gonçalves: EMBRAPA-CNPUV, 1995. 28p.
- FALCADE, I.; TONIETTO, J. *Serra Gaúcha – vinhos finos e espumantes: zona de produção e topônimos*. Bento Gonçalves: EMBRAPA-CNPUV, 1995b. Escala 1 : 100.000.
- FERVI. *Hierarquia sócio-econômica das indústrias dos principais municípios da Encosta Superior da Serra do Nordeste*. Bento Gonçalves: FERVI, 1978.



- FREGONI, M. Palabras de salutacion. In: *Symposium Denominaciones de Origen Históricas*. O.I.V.: Jerez de La Frontera, España. Marzo 1987. p.21-25.
- FRIZZO, L.M. *A industrialização em Caxias do Sul*. Rio de Janeiro: Instituto de Geografia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984. Dissertação Mestrado em Geografia.
- FROSI, V.; MIORANZA, C. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira*. Caxias do Sul: UCS/ISBIEP/Movimento, 1975. 84p.
- GOBBATO, Celeste. *Il colono italiano ed il suo contributo nello sviluppo dell'industria riograndense*. IN: CINQUENTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NELLO STATO DEL RIO GRANDE DEL SUD: 1875-1925. Roma: Ministero degli Affari Esteri, 1925. p.185-242.
- GOBBATO, Celeste. *O cultivo da vide e a industrialização da uva no Rio Grande do Sul*. IN: ÁLBUM COMEMORATIVO DO 75º ANIVERSÁRIO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950. P.402-424.
- GOMES, P. C. da C. "O conceito de região e sua discussão". In: CASTRO, I. E. et al. *Geografia: conceitos e temas*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 15-47.
- HARVEY, D. *Condição pós moderna*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1993. 349p.
- IL CORRIERE D'ITALIA. Bento Gonçalves. Período: 1913-1926.
- INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. *Resolução Nº. 075/2000, de 28 de novembro de 2000 – Estabelece as condições para o registro das indicações geográficas*. Rio de Janeiro: INPI, 2000.
- LAPOLLI, J.N. et al. *A competitividade da vitivinicultura brasileira: análise setorial e Programa de ação com destaque para o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: BANRISUL/EMBRAPA-CNPUV/SEBRAE-RS. 1995. 200p.
- LORENZONI, J. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975. 264p.
- MANFROI, O. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul, implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul/IEL, 1975, 217p.
- MELLO, L.M.R. de. *Vitivinicultura no Brasil: informações estatísticas*. Bento Gonçalves: Embrapa/CNPUV. 1995. 67p. (Banco de dados).
- OFFICE INTERNATIONAL DE LA VIGNE ET DU VIN. *Resolución ECO/92*. Madrid: O.I.V., 1992. 2p.
- PELLANDA, E. *Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950, 495p e apêndice.
- PINA, Maria H. M. *A região demarcada do Alto Douro*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/3 Congresso de Geografia Portuguesa, 1997, 55 p.
- POCHE, B. La région comme espace de référence identitaire. In: *Espace et Sociétés*, Nº. 41, 1983. p. 3-12.
- PORTER, M. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1993. 897p.
- SANTOS, J. V. T. dos. Cantineiros e colonos - a indústria do vinho no Rio Grande do Sul. In: BARROS, E. C. RS: *Imigração & Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980: 135-155.
- SANTOS, J.V.T. dos. *Colonos do vinho*. São Paulo: HUCITEC, 1978. 182p.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1988. 124p.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1986. 236p.
- SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 324p.
- SOUSA, J.S. Inglez de et al. *Uvas para o Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: FESALQ, 1996. 791p.
- SYMPOSIUM DENOMINACIONES DE ORIGEN HISTÓRICAS, 1987, Jerez de La Frontera. *Anais...* Jerez de La Frontera: OIV, 1987.

- TONIETTO, J. Análise mundial do clima de regiões vitivinícolas e de sua influência sobre a tipicidade dos vinhos: a posição da viticultura brasileira comparada a 100 regiões em 30 países. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE VITICULTURA E ENOLOGIA, 9, 1999, Bento Gonçalves. *Anais...* Bento Gonçalves: Embrapa/CNPUV, 1999, p.75-90.
- TONIETTO, J. *O conceito de denominação de origem: uma opção para o desenvolvimento do setor vitivinícola brasileiro*. Bento Gonçalves: EMBRAPA, 1993. 20 p.
- YRAVEDRA LLOPIS, G. *Denominações de origem e indicações geográficas de produtos vitivinícolas*. Bento Gonçalves: EMBRAPA/CNPUV, 1997, 20p. (Tradução Jorge Tonietto).